

Relatório Anual 2016

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS

Diretoria Executiva de Administração e Finanças
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria





Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos

Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região dos Vales - Sicredi
Região dos Vales RS
Encantado - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS (Cooperativa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 28 de Abril de 2016, que não continha qualquer modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 29 de janeiro de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS
CNPJ/MF nº 89.126.130/0001-89

ATIVO		31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)	PASSIVO		31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE		1.304.362	1.114.982	CIRCULANTE		231.558	267.363
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	5.190	4.370	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	102.787	151.868
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(NOTA 06)	313.190	177.919	Depósitos à Vista		79.497	79.918
Carteira Própria		313.190	177.919	Depósitos Interfinanceiros		1.011	1.080
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		775.906	717.824	Depósitos a Prazo		22.279	70.870
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		10	1.606	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 13)	64.776	57.196
Depósitos no Banco Central		-	28	Repasse Interfinanceiros		64.776	57.196
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural		-	3	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		1.367	1.612
Correspondentes no país		98	145	Recursos em Trânsito de Terceiros		1.367	1.612
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	775.798	716.042	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	(NOTA 14)	13.148	16.154
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	191.473	194.643	Empréstimos País - Outras Instituições		13.148	16.154
Operações de Crédito		228.585	226.111	OUTRAS OBRIGAÇÕES		49.480	40.533
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(37.112)	(31.468)	Cobrança e Arrecadação de Tributos		42	33
OUTROS CRÉDITOS		18.543	20.161	Sociais e Estatutárias		3.679	2.804
Créditos por Avais e Fianças Honorados		104	161	Fiscais e Previdenciárias		1.365	1.361
Rendas a Receber		1.926	3.192	Diversas	(NOTA 15)	44.394	36.335
Créditos Específicos		172	151				
Diversos	(NOTA 08)	17.073	17.243				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(732)	(586)				
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 09)	60	65				
Outros Valores e Bens		3.735	2.083				
(Provisão para desvalorização)		(3.707)	(2.066)				
Despesas Antecipadas		32	48				
NÃO CIRCULANTE		164.768	150.130	NÃO CIRCULANTE		937.301	755.331
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		88.402	93.550	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		937.301	755.331
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	1.776	1.007	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	933.552	748.675
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		1.776	1.007	Depósitos a Prazo		933.552	748.675
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	86.625	92.435	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 13)	3.749	6.656
Operações de Crédito		116.655	115.289	Repasse Interfinanceiros		3.749	6.656
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(30.030)	(22.854)				
OUTROS CRÉDITOS		1	108				
Diversos	(NOTA 08)	1	108				
PERMANENTE		76.366	56.580	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		300.271	242.418
INVESTIMENTOS	(NOTA 10)	34.503	34.503	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 17)	114.945	95.637
Outros Investimentos		34.503	34.503	De Domiciliados no País		114.984	95.660
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 11)	36.330	17.283	(Capital a Realizar)		(39)	(23)
Imóveis de Uso		5.101	5.101	RESERVAS DE SOBRAS		164.352	128.531
Outras Imobilizações de Uso		37.819	18.321	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		20.974	18.250
(Depreciação acumulada)		(6.590)	(6.139)				
INTANGÍVEL	(NOTA 11)	5.533	4.794				
Outros Ativos Intangíveis		9.665	8.079				
(Amortização acumulada)		(4.132)	(3.285)				
TOTAL DO ATIVO		1.469.130	1.265.112	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.469.130	1.265.112

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS
CNPJ/MF nº 89.126.130/0001-89

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015		
	(Não Auditado)		Total	(Reapresentado)		Total	(Reapresentado)		Total
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo		Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo		Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	71.046	-	71.046	132.596	-	132.596	105.595	-	105.595
Operações de Crédito	48.339	-	48.339	91.800	-	91.800	77.570	-	77.570
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	22.706	-	22.706	40.792	-	40.792	28.024	-	28.024
Resultado das Aplicações Compulsórias	1	-	1	4	-	4	1	-	1
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(69.334)	(177)	(69.511)	(129.462)	(298)	(129.760)	(111.947)	(291)	(112.238)
Operações de Captação no Mercado	(53.965)	(36)	(54.001)	(103.604)	(59)	(103.663)	(85.691)	(59)	(85.750)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.867)	(141)	(3.008)	(5.651)	(239)	(5.890)	(4.724)	(232)	(4.956)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(12.502)	-	(12.502)	(20.207)	-	(20.207)	(21.532)	-	(21.532)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.712	(177)	1.535	3.134	(298)	2.836	(6.352)	(291)	(6.643)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	22.099	4.437	26.536	49.358	7.843	57.201	47.377	8.350	55.727
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	3.985	5.629	9.614	8.187	10.386	18.573	6.534	8.686	15.220
Rendas de Tarifas Bancárias	1.981	-	1.981	3.924	-	3.924	3.551	-	3.551
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(15.002)	(753)	(15.755)	(29.682)	(1.269)	(30.951)	(26.447)	(1.294)	(27.741)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 22)	(9.217)	(702)	(9.919)	(16.025)	(1.231)	(17.256)	(12.914)	(1.311)	(14.225)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(24)	(219)	(243)	(47)	(405)	(452)	(40)	(329)	(369)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	55.671	697	56.368	109.194	722	109.916	95.832	2.977	98.809
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(15.295)	(215)	(15.510)	(26.193)	(360)	(26.553)	(19.139)	(379)	(19.518)
RESULTADO OPERACIONAL	23.811	4.260	28.071	52.492	7.545	60.037	41.025	8.059	49.084
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(1.798)	6	(1.792)	(1.754)	6	(1.748)	(924)	(5)	(929)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	22.013	4.266	26.279	50.738	7.551	58.289	40.101	8.054	48.155
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	1.023	1.023	-	-	-	-	(13)	(13)
Provisão para Imposto de Renda	-	606	606	-	-	-	-	(9)	(9)
Provisão para Contribuição Social	-	417	417	-	-	-	-	(4)	(4)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	22.013	5.289	27.302	50.738	7.551	58.289	40.101	8.041	48.142
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	7.551	(7.551)	-	8.041	(8.041)	-
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	22.013	5.289	27.302	58.289	-	58.289	48.142	-	48.142
DESTINAÇÕES	-	-	-	(37.315)	-	(37.315)	(29.892)	-	(29.892)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(8.289)	-	(8.289)	(6.926)	-	(6.926)
Fates - Estatutário	-	-	-	(2.330)	-	(2.330)	(2.028)	-	(2.028)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(23.305)	-	(23.305)	(20.278)	-	(20.278)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(3.391)	-	(3.391)	(660)	-	(660)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	20.974	-	20.974	18.250	-	18.250

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS
CNPJ/MF nº 89.126.130/0001-89

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	80.139	100.814	13.569	194.522
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	6.774	-	(6.774)	-
Destinações para reservas	-	6.784	(6.784)	-
Outras destinações	-	-	(11)	(11)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.505	-	-	3.505
Baixas de capital	(1.634)	-	-	(1.634)
Resultado do período	-	-	48.142	48.142
Outros ajustes	-	(5)	-	(5)
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.028)	(2.028)
Reserva Legal - Estatutária	-	20.278	(20.278)	-
Juros sobre o Capital Próprio	6.853	-	(6.926)	(73)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	660	(660)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	95.637	128.531	18.250	242.418
Mutações do Período	15.498	27.717	4.681	47.896
Saldos no início do período em 01/01/2016	95.637	128.531	18.250	242.418
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	9.071	-	(9.071)	-
Destinações para reservas	-	9.125	(9.125)	-
Outras destinações	-	-	(54)	(54)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	4.457	-	-	4.457
Baixas de capital	(2.400)	-	-	(2.400)
Resultado do período	-	-	58.289	58.289
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.330)	(2.330)
Reserva Legal - Estatutária	-	23.305	(23.305)	-
Juros sobre o Capital Próprio	8.180	-	(8.289)	(109)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	3.391	(3.391)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	114.945	164.352	20.974	300.271
Mutações do Período	19.308	35.821	2.724	57.853
Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não Auditado)	105.845	137.656	30.987	274.488
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.476	-	-	2.476
Baixas de capital	(1.556)	-	-	(1.556)
Resultado do período	-	-	27.302	27.302
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.330)	(2.330)
Reserva Legal - Estatutária	-	23.305	(23.305)	-
Juros sobre o Capital Próprio	8.180	-	(8.289)	(109)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	3.391	(3.391)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	114.945	164.352	20.974	300.271
Mutações do Período	9.100	26.696	(10.013)	25.783

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS
CNPJ/MF nº 89.126.130/0001-89

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015 (Reclassificado)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	36.927	72.635	63.646
Resultado do semestre/exercício	27.302	58.289	48.142
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	9.625	14.346	15.504
Provisão para operações de crédito e coobrigação	9.958	12.820	15.586
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	1.717	1.641	682
Provisão para desvalorização de outros créditos	100	146	208
Depreciação do imobilizado de uso	482	915	815
Amortização do intangível	460	847	724
Baixas do ativo permanente	50	61	86
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(132)	(227)	74
Destinações ao FATES	(2.331)	(2.330)	(2.028)
Dividendos SicrediPar	(679)	473	(643)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	85.854	7.656	119.574
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(640)	(769)	4.070
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	(17.254)	(135.271)	13.083
(Aumento) Redução relações interfinanceiras ativas	3.978	1.596	(1.606)
Redução em créditos vinculados	69	31	122
Redução em relações com correspondentes	21	47	1
(Aumento) em operações de crédito	(1.784)	(3.840)	(40.813)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	4.750	4.673	3.479
(Aumento) Redução em outros créditos	1.058	1.105	(5.598)
(Aumento) em outros valores e bens	(1.530)	(1.635)	(650)
Aumento em depósitos	87.113	135.796	140.709
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	762	(245)	275
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(4.135)	(3.006)	1.581
Absorção de dispêndios pelo FATES	(1.385)	(1.945)	(1.508)
Aumento em outras obrigações	14.831	11.119	6.429
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente	122.781	80.291	183.220
Aquisição de Imobilizado de Uso	(5.656)	(20.023)	(10.542)
Aplicações no Intangível	(302)	(1.586)	(2.147)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(5.958)	(21.609)	(12.689)
Integralização de capital	2.476	4.457	3.505
Baixa de capital	(1.556)	(2.400)	(1.634)
Juros ao capital próprio	(109)	(109)	(73)
Distribuição de Sobras	-	(54)	(11)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente	811	1.894	1.787
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	117.634	60.576	172.318
Caixa e equivalente de caixa no início do período	663.354	720.412	548.094
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	780.988	780.988	720.412

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 02/07/1982 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentados em 31 de dezembro de 2015 na Nota 08, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa. Na nota explicativa 19 letra c) o valor referente aos benefícios monetários das pessoas chave da administração em 31 de dezembro de 2015 foi reapresentado, pois não foi considerado o valor total das despesas daquele período.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima, foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2015 e 2016, os valores referentes as rendas de tarifas bancárias, também será reapresentado os valores de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Outros Ingressos e Receitas Operacionais e Outros Dispendios e Despesas Operacionais devido a alteração na contabilização da provisão de coobrigações, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	1.115.090	(108)	1.114.982
OUTROS CRÉDITOS	20.269	(108)	20.161
Diversos	17.351	(108)	17.243
Ativo Não circulante	150.022	108	150.130
OUTROS CRÉDITOS	-	108	108
Diversos	-	108	108

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(112.321)	83	(112.238)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(21.615)	83	(21.532)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(6.726)	83	(6.643)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	55.810	(83)	55.727
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	15.392	(172)	15.220
Rendas de Tarifas Bancárias	3.379	172	3.551
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	90.212	8.597	98.809
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(10.838)	(8.680)	(19.518)
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	102.421	17.153	119.574
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	166.067	17.153	183.220
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	4.464	(17.153)	(12.689)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 28 de janeiro de 2017.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	5.190	4.370
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	775.798	716.042
Total	780.988	720.412

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2016	2015
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.776	1.007
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.776	1.007
Total realizável a longo prazo	1.776	1.007

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2016	2015
FI Renda Fixa Crédito Privado Absolute III	-	105.632
FI Renda Fixa Crédito Privado Absolute IV	99.509	72.287
FI Renda Fixa Crédito Privado Sicredi Coop	213.681	-
Total circulante	313.190	177.919

O Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Absolute IV e o Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Sicredi Coop, foram considerados como partes relacionadas por possuir percentual relevante de 22,88% (2015 - 37,33%) dos valores aplicados em relação ao total da carteira, uma vez que a cooperativa, sob qualquer forma, assume ou retém substancialmente riscos e benefícios destes.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	151.215	101.349	252.564	249.373
Financiamentos	13.093	11.700	24.793	30.321
Financiamentos rurais e agroindustriais	64.277	3.606	67.883	61.706
Carteira total	228.585	116.655	345.240	341.400

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	104	-	104	161
Títulos e créditos a receber (i)	13.195	1	13.196	10.506
Total	13.299	1	13.300	10.667

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível A	0,50	48.734	55.172	244	276
Nível B	1,00	51.252	48.347	513	483
Nível C	3,00	27.462	38.795	824	1.164
Nível D	10,00	122.416	128.712	12.242	12.871
Nível E	30,00	53.446	48.215	16.034	14.465
Nível F	50,00	31.526	12.636	15.763	6.318
Nível G	70,00	5.401	3.367	3.781	2.357
Nível H	100,00	18.303	16.823	18.303	16.823
Total (i)		358.540	352.067	67.704	54.757

Em 31 de dezembro de 2016 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 170 (2015 - R\$ 151).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2016				Total da Carteira	2015
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	1.701	36.629	48.783	66.767	153.880	141.348
Rural	281	4.483	59.513	3.606	67.883	61.706
Industrial	235	11.277	14.636	14.705	40.853	49.761
Comércio	305	10.913	19.166	17.237	47.621	50.779
Outros Serviços	195	11.586	22.182	14.340	48.303	48.473
Total	2.717	74.888	164.280	116.655	358.540	352.067

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	48.960	13,66	59.084	16,78
50 devedores seguintes	58.161	16,22	52.761	14,99
100 devedores seguintes	41.416	11,55	34.961	9,93
Demais	210.003	58,57	205.261	58,30
Total	358.540	100	352.067	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2016	2015
Saldo inicial	54.908	39.114
Constituição de provisão	20.207	21.532
Movimentação de baixados para prejuízo	(7.241)	(5.738)
Saldo final	67.874	54.908

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 6.122 (2015 - R\$ 1.768), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 7.714 (2015 - R\$ 5.360).

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 191.640 (2015 - R\$ 173.093) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 23). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.35.90-9 – Provisão para Passivos Contingentes - Outros Passivos, e compõem o montante de R\$ 15.934 (2015 - 10.697) conforme Nota 15.

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado cfe NE 02)
Adiantamentos e antecipações salariais	76	77
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	2.729	2.145
Adiantamentos por conta de imobilizações	33	3.292
Devedores por depósitos em garantia	39	167
Impostos e contribuições a compensar	558	519
Títulos e créditos a receber (ii)	13.195	10.506
Valores honrados	51	56
Operações com cartões	74	26
Pendências a regularizar	4	195
Outros	314	260
Total Circulante	17.073	17.243
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	108
Títulos e créditos a receber (ii)	1	-
Total realizável a longo prazo	1	108

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Bens não de uso próprio	3.707	2.066
Imóveis	2.956	1.798
Veículos e afins	200	-
Bens em regime especial	551	268
Material em estoque	28	17
Despesas antecipadas	32	48
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(3.707)	(2.066)
Total Circulante	60	65

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 3.707 (2015 - R\$ 2.066) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi Sul	19.507	19.507
Sicredi Participações S.A.	14.995	14.995
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	34.503	34.503

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	4.861.754 ON 10.132.814 PN	4.861.754 ON 10.132.814 PN	1	1	19.507.016	19.507.016
Percentual de participação	1,72%	1,86%	0,63%	0,72%	5,56%	5,70%
Capital social	869.279	804.351	165	138	351.047	342.223
Patrimônio líquido	911.739	859.843	204.709	193.717	361.513	352.655
Lucro líquido do exercício	41.442	62.381	10.965	3.676	-	-
Valor do investimento	14.995	14.995	1	1	19.507	19.507

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	42.920	(6.590)	36.330	17.283
Imobilizações em curso	-	28.117	-	28.117	9.729
Terrenos	-	3.958	-	3.958	3.958
Edificações	4%	1.143	(644)	499	546
Instalações	10%	2.020	(881)	1.139	843
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.130	(1.899)	1.231	1.214
Sistema de comunicação	10%	129	(94)	35	24
Sistema de processamento de dados	20%	3.397	(2.359)	1.038	706
Sistema de segurança	10%	589	(356)	233	114
Sistema de transporte	20%	437	(357)	80	149
Intangível (i)	5% a 15%	9.665	(4.132)	5.533	4.794
Investimentos Confederação		9.665	(4.132)	5.533	4.794
Total		52.585	(10.722)	41.863	22.077

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016			2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	79.497	-	-	79.497
Depósitos Interfinanceiros	-	1.011	-	1.011
Depósitos a prazo	22.239	40	933.552	955.831
Total	101.736	1.051	933.552	1.036.339

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	63.169	55.527
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	63.169	55.527
Outros Recursos	1.607	1.669
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.607	1.669
Total circulante	64.776	57.196
Recursos do Crédito Rural	3.137	4.619
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	3.137	4.619
Outros Recursos	612	2.037
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	612	2.037
Total exigível a longo prazo	3.749	6.656

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 11,25% a.a. com vencimentos até 15/12/2019, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	13.148	16.154
Cooperativa Central Sicredi Sul	13.148	16.154
Total circulante	13.148	16.154

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,04% a.m. com vencimento em 09/12/2017.

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Cheques administrativos	1.280	3.674
Obrigações por convênios oficiais	-	2
Despesas de Pessoal	9.211	7.726
Outras despesas administrativas	2.025	1.120
Outros pagamentos	274	202
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)	42	269
Provisão para coobrigações (i)	15.934	10.697
Operações com cartões	12.407	9.463
Demais fornecedores	2.421	915
Credores diversos	796	598
Pendências a regularizar	4	1.669
Total circulante	44.394	36.335

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	244	50	(264)	30
Cível	25	15	(28)	12
Total	269	65	(292)	42

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	30	244
Cível	Provável	12	25
Total		42	269

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 9 e R\$ 250 (2015 R\$ 12 e R\$ 239), respectivamente.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	114.945	95.637
Total de associados	57.786	54.899

Em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 19.308 (2015 – R\$ 15.498), sendo R\$ 17.251 (2015 – R\$ 13.627) via integralização de resultados e R\$ 4.457 (2015 – R\$ 3.505), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.400 (2015 – R\$ 1.634).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 8% em Conta Capital, no montante de R\$ 8.289 mil, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 50% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES, a Cooperativa também destinou para a Reserva Legal o valor de R\$ 3.391 (2015 - R\$ 660) referente aos valores recuperados de prejuízos dos anos anteriores.

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	58.289	48.142
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(24.481)	(20.220)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate milhas cartão	12	46
Provisão de PPR	20	45
Receita com atos cooperativos	21.309	16.040
Juros sobre o capital próprio	3.481	2.770
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	915
Outros	(341)	391
Subtotal	24.481	20.207
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	(13)

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	1.776	1.007
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	313.190	177.919
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	775.798	716.042
Outros Créditos - Rendas a receber	1.125	1.892
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	2.915	2.438
Investimentos (Nota 10)	34.503	34.503
Intangível (Nota 11)	5.533	4.794
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros	1.011	1.080
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	68.525	63.852
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	13.148	16.154
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	12.250	9.680
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	40.792	27.866
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	6.475	123
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	95.189	83.665
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	65	67
Operações de Empréstimos e Repasses	5.890	4.957
Outros Dispendios e Despesas Administrativas	1.155	901
Outros Dispendios Despesas Operacionais (Nota 21)	7.207	7.218

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	322	0,41%	183
Depósitos a prazo	11.011	1,15%	9.525
Operações de crédito	2.583	0,72%	1.168

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração e seus encargos

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (diretores e conselheiros de administração). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios e encargos de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores e Conselheiros de Administração:

Benefícios	2016	2015 (Reapresentado cfe NE 02)
Pessoas chave da administração	3.860	3.440

Em 31 de dezembro de 2016 a Cooperativa contava com três Diretores, um Presidente, um Vice Presidente e vinte Conselheiros de Administração.

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	3.023	3.231
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	92.229	80.310
Reversão de provisões de coobrigações	7.986	8.597
Reversão de provisões de pessoal	3.638	2.537
Outras reversões de provisões operacionais	302	28
Outras rendas operacionais	2.738	4.106
Total	106.107	98.809

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	2.761	1.143
Contribuição O.C.E.	95	84
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	314	556
Contribuição Confederação Sicredi	4.940	5.055
Cooperativa Central Sicredi Sul	742	658
Encargos da administração financeira	523	496
Repasse Administradora de Cartões	621	385
Provisões de Coobrigações	13.331	8.680
Provisões impostos folha	1.591	1.401
Outras provisões operacionais	-	1
Outras despesas operacionais	1.635	1.059
Total	21.204	19.518

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2016	2015
Despesa de água, energia e gás	594	490
Despesa de aluguéis	1.425	1.225
Despesa de comunicação	1.031	914
Despesa de manutenção e conservação	1.038	895
Despesa de material	368	253
Despesa processamento dados	215	128
Despesa de promoções e relações públicas	3.522	2.351
Despesa de propaganda e publicidade	294	245
Despesa de seguro	90	77
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.799	1.554
Despesa de serviços de terceiros	484	416
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.151	1.014
Despesa de serviços de técnicos especializados	879	587
Despesa de serviços de transpostes	826	560
Despesa de viagem	9	527
Despesa de serviços de terceiros	2.616	2.174
Outras despesas administrativas	915	815
Total	17.256	14.225

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

Coobrigações em garantias prestadas	2016	2015
Garantias prestadas em operações de associados (i)	191.640	173.093
BNDES - Automático, Caminhões, Produsa, Procap-Agro	18.076	7.800
Carta aval / fiança	9.634	3.934
Carteira Habitacional	13.807	8.036
FINAME - Agrícola, Banco Sicredi, BRDE	13.787	15.403
Moderagro	7.271	10.562
Pronaf	121.200	120.027
Outros	7.865	7.331
Total	191.640	173.093

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:	297.760	241.220
Capital principal - CP	297.760	241.220
Capital social	-	-
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	164.352	128.531
Lucros acumulados	20.974	18.250
Perdas não realizadas de ajustes de avaliação patrimonial	-	-
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	2.511	1.198
Total do capital qualificado	297.760	241.220
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	80.399	75.636
Índice sobre o PR considerando a RBAN	39,33%	35,50%
Situação para o limite de imobilização	39.354	20.880
Índice de imobilização (limite 50%)	13,22%	8,66%

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Roberto Scorsatto
Diretor Executivo
CPF: 503.430.330-20

Vitor Antônio Fontana
Diretor de Operações
CPF: 765.350.370-53

Fabricio Antonio Tombini
Diretor de Negócios
CPF: 670.182.110-34

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72